

DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, Sexta-Feira, 12 de junho de 2026 | edição nº 1547

R\$ 2,50

GOVERNO CALCULA IMPACTO FISCAL DE R\$ 111 BI POR ANO COM PAUTAS-BOMBA NO CONGRESSO

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento divulgaram uma nota conjunta informando que nove pautas-bomba em tramitação no Congresso Nacional têm um impacto anual estimado em R\$ 111 bilhões para as contas públicas.

Na estimativa, a pasta informa que o projeto de renegociação das dívidas rurais, aprovado ontem pelo Senado contrariando ao apelo da equipe econômica, tem impacto de R\$ 140 bilhões em 13 anos. A nota não explica, no entanto, como o governo chegou a essa estimativa, tampouco porque houve uma redução em relação à projeção anterior, de R\$ 817 bilhões em 13 anos.

Como foi alterado em relação ao texto aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto voltará para uma segunda análise dos deputados. Ontem, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, ressaltou que a redução na estimativa ocorreu devido aos ajustes feitos de última hora no texto. Nesta quinta-feira (11), a FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) divulgou uma nota criticando as estimativas do governo, questionando o motivo da mudança do impacto. Na véspera, Durigan reafirmou que o custo superaria R\$ 800 bilhões nos próximos 13 anos.

Ainda ontem, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, por outro lado, aprovou o projeto que eleva

o piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas de R\$ 3.600 para R\$ 13,6 mil. De acordo com a Fazenda, aumentaria a despesa da união em R\$ 8,4 bilhões por ano.

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), também do Senado, aprovou a PEC que efetiva vínculos temporários e afrouxa as regras de aposentadoria para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. O custo estimado é de R\$ 3 bilhões ao ano, chegando a R\$ 30 bilhões em uma década.

Em relação a essas pautas, o governo estuda questionar as aprovações no STF, ainda que estejam em tramitação no parlamento e possam sofrer mudanças.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Compras de última hora impulsionam vendas para Dia dos Namorados

Pautas-bomba avançam no Senado e testam relação de Lula com Alcolumbre

Pré-campanha de Flávio Bolsonaro aciona STF após fala de Lula sobre enforcamento de traidores

Brasil terá esquema especial de energia durante jogos da seleção na Copa



Companhias aéreas reduzem voos, e preço da passagem aumenta 9%



NO MUNDO

Trump diz que acordo com Irã está finalizado e cancela novos ataques



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse nesta quinta-feira (11) que o Irã aprovou um acordo para encerrar a guerra no Oriente Médio, iniciada pelo presidente americano e por Israel em fevereiro. Dessa forma, o republicano afirmou ter cancelado novos ataques contra o país persa que estavam programados para a noite de quinta, madrugada de sexta na região do conflito.

O regime iraniano não comentou de forma oficial a afirmação do presidente. A agência de notícias estatal Fars, citando um funcionário iraniano envolvido com as negociações, disse que

Teerã não havia concordado com a versão final de nenhum documento.

Ao longo da guerra, Trump disse várias vezes que um acordo com o Irã estava próximo. O tratado envolveria uma resolução para o programa nuclear do país persa, a abertura do estreito de Hormuz e a suspensão de sanções contra Teerã.

"Baseado no fato de que discussões com a República Islâmica do Irã foram levadas ao nível mais alto da liderança iraniana e foram aprovadas, eu decidi, como Presidente dos Estados Unidos da América, cancelar os ataques e bombardeios contra o Irã esta noite", escreveu Trump na sua rede social, a

Truth Social, em publicação enviada no momento em que começou a abertura da Copa do Mundo, no Estádio Azteca, do México.

"As discussões e os pontos finais foram, de forma geral e detalhadamente, aprovados por todas as partes envolvidas, incluindo os EUA, Israel, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Turquia, Paquistão, Bahrein, Kuwait, Jordânia, Egito e outros", disse o presidente. Uma alta autoridade israelense disse à imprensa local que Tel Aviv não estava ciente de qualquer avanço nas negociações, e nenhum dos outros países confirmou a informação até aqui. Folhapress

Índia pede fim de ataques dos EUA a navios após morte de três marinheiros

A Índia pediu aos Estados Unidos que suspendam os ataques a navios, nesta quinta-feira (11), depois de três ataques norte-americanos a petroleiros com tripulação indiana nesta semana, incluindo um que causou a morte de três marinheiros.

Essas mortes são as primeiras registradas desde o início do bloqueio norte-americano à navegação ligada ao Irã, em 13 de abril, no qual as forças dos EUA barraram oito navios e fizeram mais de 100 outros voltarem.

"Esses ataques precisam cessar", disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Índia, Randhir Jaiswal, a repórteres. "Também apelamos ao diálogo e à diplomacia para que possamos ter um rápido retorno à paz e à estabilidade na região."

Segundo Jaiswal, a Marinha dos EUA atacou três navios com tripulações indianas nesta semana, incluindo um nesta quinta-feira (11).

Ele disse que o ministé-

rio convocou o encarregado de negócios dos EUA em Nova Délhi na quarta-feira (10) para transmitir suas "profundas preocupações com os ataques em curso" após um ataque ao petroleiro Settebello ao largo de Omã, no qual três marinheiros indianos morreram.

A embaixada dos EUA não respondeu aos pedidos de comentário imediato.

O Comando Central das Forças Armadas dos EUA disse que uma aeronave norte-americana realizou um ataque de precisão na sala de máquinas do Settebello "depois que a tripulação repetidamente se recusou a cumprir as ordens das forças americanas".

Afirmou que o Settebello "violou o bloqueio em vigor ao tentar transportar petróleo do Irã". A administradora do navio, a IOS Marine FZE, rejeitou as alegações de que teria ignorado avisos ou estivesse transportando petróleo iraniano e pediu uma investigação internacional transparente sobre o assunto. CNN

Polícia usa canhões de água na 2ª noite de protestos na Irlanda do Norte



A polícia da Irlanda do Norte usou canhões de água na segunda noite de protestos anti-imigração. As manifestações começaram após um sudanês ser acusado de tentativa de homicídio em um ataque brutal com faca.

Vídeos de quarta-feira (10) mostraram uma multidão de manifestantes atirando objetos contra viaturas policiais. Os agentes responderam disparando canhões de água em Newtownabbey, a 13 quilômetros ao norte do centro da capital Belfast.

Ao menos 16 pessoas

foram presas e duas foram posteriormente acusadas, informou a polícia. Doze policiais ficaram feridos, alguns por coquetéis Molotov.

Os distúrbios ocorreram após uma noite de tumultos mais generalizados, quando manifestantes mascarados incendiaram casas e veículos em uma onda de violência anti-imigração que se espalhou depois que o vídeo do ataque com faca circulou nas redes sociais.

Multidões se reuniram na terça-feira (8) em várias partes de Belfast, que também é a maior cidade da Irlanda do Norte, incendiando casas, um ônibus,

carros e barricadas e forçando várias famílias a fugir de suas casas.

Políticos afirmaram que os manifestantes atacaram casas de minorias étnicas.

A ministra britânica Ruth Anderson declarou à Câmara dos Lordes, na quarta-feira, que dezenas de pessoas, incluindo uma criança de dois anos, "ficaram desabrigadas" com a escalada da violência.

"Cerca de 27 pessoas ficaram desabrigadas na noite passada porque indivíduos foram de porta em porta atacando estrangeiros e incendiando suas casas", disse Anderson. CNN

**DATA
MERCANTIL** São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Compras de última hora impulsionam vendas para Dia dos Namorados



Apoucos dias do Dia dos Namorados, o comércio registra aumento no fluxo de consumidores em busca de presentes. O movimento é impulsionado principalmente pelos brasileiros que deixaram as compras para a reta final, cenário que tem beneficiado diversos segmentos do varejo.

Uma pesquisa do Instituto Locomotiva mostra que 91% das pessoas que estão em um relacionamento pretendem presentear seus parceiros neste ano. Entre as categorias mais procuradas estão roupas e acessórios, citados por 57% dos entrevistados, seguidos por perfumes, maquiagens e produtos de cuidados pessoais, mencionados por 35%.

Apesar da forte intenção de consumo, a maior parte dos consumidores ainda não havia realizado as compras até os dias que antecedem a data. Segundo o levantamento, 75% afirmaram que pretendem comprar ao menos um presente, mas ainda não haviam definido ou adquirido os produtos.

O comportamento tem gerado expectativa positiva para lojistas, especialmente nos setores ligados à moda e ao universo do autocuidado. Em São Paulo, a empresária Andreia Vasconcelos, estima um crescimento de aproximadamente 20% nas vendas em comparação com períodos tradicionais.

Segundo ela, a proximidade da data costuma alterar o perfil de consumo e ampliar a busca por pro-

duto que unem utilidade e valor emocional

"Existe uma procura muito forte por presentes que tenham algum significado para o casal. As pessoas querem surpreender, criar momentos especiais e fugir um pouco dos presentes convencionais. Isso se reflete diretamente nas vendas", afirma.

Na loja dela, especializada em moda íntima, os itens mais procurados incluem lingerie diferenciadas, camisolas, meias rendadas, acessórios e produtos voltados ao bem-estar íntimo. A empresária afirma que, nos dias que antecedem o Dia dos Namorados, os produtos relacionados à data podem representar até 90% do faturamento da loja.

CNN

Pobreza cai a menor nível da série histórica nas metrópoles brasileiras, mas desigualdade sobe

A proporção de pessoas consideradas pobres na população das metrópoles brasileiras caiu de 19,5% em 2024 para 18,4% em 2025.

Com o resultado, o indicador, conhecido como taxa de pobreza, renovou pelo terceiro ano consecutivo o menor nível de uma série histórica iniciada em 2012.

As conclusões são do 17º boletim Desigualdade nas Metrópoles, obtido com exclusividade pela Folha de S.Paulo. As informações analisadas abrangem as 22 principais regiões metropolitanas do país.

A publicação é produzida pelo centro de estudos PUC-RS Data Social em parceria com o Observatório das Metrópoles, ligado ao Ippur (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) da UFRJ.

Segundo o boletim, a renda aumentou para os diferentes grupos da população em 2025, incluindo os mais pobres, o que explica a nova redução da pobreza.

A alta do rendimento

dessa camada, contudo, foi menor do que a observada no outro extremo da população, composto pelos mais ricos.

Assim, a desigualdade na distribuição de renda, medida pelo índice de Gini, avançou no ano passado.

O Gini das metrópoles subiu 1,4%, ao sair da mínima de 0,533 em 2024 para o patamar de 0,541 em 2025. O resultado mais recente é o quarto menor da série iniciada em 2012.

A escala do Gini varia de 0 (igualdade máxima) a 1 (desigualdade máxima). Quanto mais alto for o resultado, maior é a diferença entre os extremos da população.

Os resultados do boletim são calculados a partir de um módulo anual da Pnad Contínua, uma das principais pesquisas do IBGE.

O IBGE publicou os dados em maio, com foco no Brasil. Conforme o instituto, a desigualdade também avançou no país na passagem de 2024 para 2025, apesar de a renda ter crescido para ricos e pobres.

Folhapress

Brasil terá esquema especial de energia durante jogos da seleção na Copa



ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) anunciou nesta quinta-feira (11) um esquema especial para garantir o suprimento de eletricidade durante os jogos do Brasil na Copa do Mundo.

O esquema prevê a suspensão de intervenções em equipamentos, monitoramento das condições meteorológicas para identificar riscos e a divulgação de um boletim sobre o comportamento da demanda na hora dos jogos.

As medidas restritivas serão impostas em um período entre duas horas antes e duas horas depois de jogos considerados estratégicos.

"Não serão autorizadas

intervenções que possam provocar corte de carga ou elevar o risco de interrupção do fornecimento de energia em qualquer região do país", disse o ONS, em comunicado distribuído nesta quinta.

"A exceção fica restrita a intervenções inadiáveis, cuja postergação possa representar riscos à vida humana, à integridade dos equipamentos ou à segurança operativa do sistema elétrico", prossegue o texto.

O operador explica que, normalmente, o sistema começa a sentir impactos por volta de duas horas antes das partidas, com a interrupção de atividades laborais em virtude do deslocamento das pessoas para o local onde vão assistir os jogos.

"Durante o intervalo entre o primeiro e o segundo tempo do jogo, ocorre uma elevação rápida da carga, influenciada pela desmobilização das pessoas diante da televisão, aproveitando o momento para a realização de atividades domésticas", diz.

Ao fim do jogo, é iniciada uma nova rampa de elevação do consumo. O desafio para o ONS é equilibrar as variações bruscas de demanda com a geração de energia das diversas fontes que compõem o sistema brasileiro.

O esquema especial contempla os jogos da primeira fase da Seleção Brasileira, as semifinais e a final da Copa.

Folhapress

POLÍTICA

Pautas-bomba avançam no Senado e testam relação de Lula com Alcolumbre



Um dia após minutos do governo Lula (PT) se reunirem com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para pedir que ele segurasse a votação de propostas legislativas com impacto nas contas públicas, três pautas-bomba avançaram na Casa, duas delas com custo de ao menos R\$ 170 bilhões em dez anos.

A aprovação de matérias que preocupam o Palácio do Planalto ocorre no momento em que Lula sinalizou a aliados que pretende se reunir com Alcolumbre após meses de distanciamento e representa um teste na relação entre os chefes do Executivo e do Legislativo espe-

cialmente desgastada desde a rejeição de Jorge Messias para uma vaga no STF.

Nesta quarta-feira (10), Alcolumbre ignorou o pedido do governo e pautou no plenário a votação de um projeto de lei que estabelece a renegociação de dívidas de grandes produtores rurais. A proposta foi aprovada, mas ainda precisa voltar à Câmara dos Deputados. O governo pretende vetar a medida, cujo impacto é estimado em R\$ 140 bilhões nos próximos dez anos.

Até minutos antes da votação, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, tentava um acordo com Alcolumbre e com o relator, Renan Calheiros (MDB-AL). O presidente da Casa, no

entanto, anunciou que a iniciativa havia fracassado, e a matéria seria votada.

"Os senadores estão me apelando há algum tempo para deliberar esse projeto. Infelizmente o acordo não chegou. Eu vou me desobrigar, na condição de presidente do Senado Federal, e vou submeter à votação", afirmou Alcolumbre momentos antes de iniciar a votação.

O presidente do Senado disse ainda "respeitar a posição do governo e do ministro, que tem pedido reiteradas vezes para que o Senado tenha cautela na deliberação de matérias relevantes que podem impactar o Orçamento do Brasil".

Folhapress

Pré-campanha de Flávio Bolsonaro aciona STF após fala de Lula sobre enforcamento de traidores



A pré-campanha de Flávio Bolsonaro (PL) acionou o STF contra o presidente Lula (PT) para que o petista seja investigado por ameaça e incitação ao crime.

A iniciativa ocorre após um discurso de Lula no último dia 2. Ao criticar Flávio por ter estimulado o governo Donald Trump a aplicar sanções contra o Brasil, Lula citou o enforcamento de Tiradentes e perguntou o que mereciam o senador e seus aliados.

"São traidores. Por menos do que isso, Joaquim Silvério dos Reis, que delatou Tiradentes, foi enforcado. O que merecem os traidores da pátria, que vão pedir intervenção de um

país no nosso país? Pensem, pensem, meditem", disse o presidente, em evento em Catalão (GO).

Lula, na verdade, se confundiu na frase, uma vez que o enforcado não foi Reis, mas o próprio Tiradentes, o mártir da Inconfidência Mineira.

No pedido ao Supremo, a pré-campanha de Flávio diz que o presidente "instigou e incitou milhões de pessoas a praticarem o homicídio" do senador, "em manifesto ato de ameaça que coloca em risco a integridade física e até mesmo a vida do noticiante [Flávio]. Tais condutas, conforme visto acima, parecem se amoldar aos delitos de ameaça e de incitação ao crime".

Ela ressalta ainda que a manifestação de um presidente da República, ao discursar publicamente, envolve "a mais alta autoridade do Poder Executivo nacional, titular da maior estrutura de comunicação institucional do país e detentor de expressiva capacidade de influência política, social e simbólica sobre milhões de cidadãos".

Os autores da petição argumentam que, por essa razão, a palavra presidencial ultrapassa o campo da mera opinião pessoal e pode mobilizar comportamentos, inclusive ilícitos, o que exigiria do chefe do Executivo responsabilidade institucional ainda mais rigorosa.

Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

ViaPaulista S.A.

CNPJ/ME nº 28.019.100/0001-89 – NIRE 35.300.505.051 – Companhia Aberta

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos 30/04/2026, às 12:00, na sede social da ViaPaulista S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), na Rodovia Anhanguera, km 312,2, Pista Norte, Jardim Jockey Club, Ribeirão Preto-SP.

2. Convocação e Presença: Presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

3. Publicação: Dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o caput do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a publicação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2025 (acompanhadas das respectivas Notas Explicativas), do parecer dos auditores independentes e dos demais documentos pertinentes às matérias constantes da Ordem do Dia, no jornal Data Mercantil na edição do dia 05/03/2026, em conformidade com o disposto no artigo 133, § 4º, da Lei nº 6.404/76.

4. Mesa: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteadó.

5. Ordem do Dia: 5.1 Em Assembleia Geral Ordinária: 5.1.1 Examinar, discutir e aprovar o relatório de Administração, das contas da Diretoria, bem como as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; e 5.1.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2026.

5.2 Em Assembleia Geral Extraordinária: 5.2.1 Deliberar sobre a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia. **6. Deliberações:** O acionista delibera o que segue: 6.1 Em Assembleia Geral Ordinária: 6.1.1 Aprovar, sem reservas, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, e as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do Parecer dos auditores independentes emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda; e 6.1.2 Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025, no valor de R\$ 162.550.901,22, sendo (i) R\$ 8.127.545,06, equivalente a 5% de lucro líquido do exercício, destinado a reserva legal, conforme artigo 193, da Lei nº 6.404/1976; (ii) R\$ 38.605.839,04, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2025, conforme artigo 26 do estatuto social da Companhia; e (iii) R\$ 115.817.517,12 destinado à conta de reserva de lucros. 6.2 Em Assembleia Geral Extraordinária: 6.2.1 Aprovar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026 em até R\$ 1.950.000,00. 6.3 Aprovar a lavratura desta Ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei 6404/76. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteadó; Acionista: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Ribeirão Preto, 30/04/2026. "Confere com o original lavrado em livro próprio". Sabrina Indelicato Penteadó – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 218.558/26-0 em 22/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

'Banco' do PCC, intermediária de 'Dark Horse' e debêntures sigilosas utilizaram mesmo fundo

Um mesmo fundo de investimento, chamado Gold Style, fez transações com uma fintech apontada como "banco paralelo" da facção criminosa PCC e com a empresa responsável por passes à produção de "Dark Horse", filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O fundo também foi usado em movimentações de debêntures privadas e sigilosas, com suspeitas de irregularidades.

O Gold Style Fundo de Investimento em Direito Creditório é administrado pela Reag Trust, gestora envolvida na ciranda financeira organizada pelo Banco Master para fraudar carteiras de crédito e inflar ativos, segundo investigações da Polícia Federal. O Master foi liquidado pelo Banco Central em novembro, e a Reag Trust, em janeiro.

Conforme informações públicas disponíveis na CVM, o Gold Style foi constituído em abril de 2020, com um aporte de R\$ 480,1 milhões. Em maio de 2024, o patrimônio líquido saltou para R\$ 1,84 bilhão. O fundo permanece "em funcionamento normal", conforme os dados da CVM.

Não é possível saber quem são os donos e beneficiários do fundo esse tipo de investimento e movimentação de dinheiro foi bastante utilizado por Reag e Master para fraudes e expansão artificial de ativos, conforme a PF.

Os dados sobre as movimentações do Gold Style foram apurados pela Folha com base em análises de relatórios de inteligência financeira elaborados de forma sigilosa pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão público responsável por prevenção e combate à lavagem de dinheiro. Folhapress

Arteris S.A.

CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746 | Companhia Aberta

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de abril de 2026

Data, Hora e Local: Aos 08/04/2026, às 13h00, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, São Paulo-SP. **Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. Fabio Russo Correa; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a eleição do membro do Conselho de Administração da Companhia. **Deliberações:** 1. Eleger para o Conselho de Administração da Companhia o Sr. Fabio Russo Correa, RG nº 16.830.417-X e CPF/MF nº 014.930.467-64, O Conselheiro ora eleito toma posse em Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, dentro do prazo de até 30 dias da presente AGE, declarando no termo de posse, que se encontra devidamente arquivado na sede da Companhia, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que (i) não está impedido de assumir o cargo para o qual foi eleito, (ii) não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela CVM, que o torne inelegível para o cargo de administração de companhia aberta; (iii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. O conselheiro ora eleito terá mandato até 30/04/2027, ou até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício social a encerrar-se em 31/12/2026. 2. Aprovar a lavratura desta Ata em forma de sumário. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a AGE, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Fabio Russo Correa, Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; Acionistas: Partícipes em Brasil S.A., Partícipes em Brasil II S.L.U., Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e PDC Participações S.A., São Paulo, 08/04/2026. (ass.:) Flávia Lúcia Mattioli Tâmega – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 181.122/26-1 em 28/04/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Arteris S.A.

CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67 – NIRE nº 35.300.322.746 – Companhia Aberta

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos 30/04/2026, às 10:00 horas, no Município de São Paulo-SP na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-906. **2. Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Companhia. **3. Publicações:** Dispensada a publicação dos anúncios, tendo em vista que a publicação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, foram publicadas no jornal Data Mercantil, na edição do dia 03/03/2026. **4. Mesa:** Presidente: Sr. Fabio Russo Correa; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. **5. Ordem do Dia:** 5.1. Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2025; e (iii) deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia. 5.2. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o valor da remuneração global a ser paga aos administradores da Companhia no exercício de 2026. **6. Deliberações:** Por unanimidade, os acionistas deliberaram o que segue: 6.1. Autorizar a lavratura da Ata desta Assembleia Geral em forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76. 6.2. Abstendo-se de votar os legalmente impedidos, aprovar as contas da Diretoria, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhado do parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. 6.3. Levando em conta a manifestação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025, no valor de R\$ 215.752.387,06, para o abatimento dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, sendo assim, a Companhia, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas, não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas. 6.4. Eleger, nos termos do artigo 161, da Lei nº 6.404/76, os seguintes membros do Conselho Fiscal da Companhia: **Conselheiros Efetivos:** (i) Sr. Renato Guis Pereira, brasileiro, solteiro, contador, portador da cédula de identidade RG nº 20.401.936-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 122.664.627-17, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 14.261 Ala B, 20º andar, Morumbi; (ii) Sra. Giselle Guedes da Graça Aranha Boiteux, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 161.050, e no CPF/MF sob o nº 053.928.417-32, residente e domiciliada na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala B, 14º andar, Morumbi; e (iii) Sr. Bruno Lucas Marques, brasileiro, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 12243356, e no CPF/MF sob o nº 130.449.876-01, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala B, 14º andar, Morumbi. **Conselheiros Suplentes:** (i) Sr. Pedro Henrique Mundim, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade RG nº MG-13.583.191, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.716.646-04, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 14.261 Ala B, 20º andar, Morumbi, como suplente do Sr. Renato Guis Pereira; (ii) Sr. Gabriel Tonanni Riva, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 47.090.588-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 416.540.838-79, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 14.261 Ala B, 20º andar, Morumbi, como suplente da Sra. Giselle Guedes da Graça Aranha Boiteux; e (iii) Sr. Gustavo Moraes Atensia, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 47.813.918-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 409.467.608-29, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 14.261 Ala B, 20º andar, Morumbi, como suplente do Sr. Bruno Lucas Marques. Os membros efetivos e seus respectivos suplentes ora eleitos terão mandato de 01 ano, iniciado mediante a assinatura dos termos de posse constantes dos Livros de Registros de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal, e com vigência até a próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada para aprovar as contas da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social a ser encerrado em 31/12/2026. 6.5. Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício social de 2026 em até R\$ 25.000.000,00; e 6.6. Aprovar a remuneração para cada membro do Conselho Fiscal, nos termos previstos no § 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76, que será correspondente a 10% da remuneração média de Diretor da Companhia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Presidente: Sr. Fabio Russo Correa, Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; Acionistas: Partícipes em Brasil S.A., Partícipes em Brasil II S.L.U., Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e PDC Participações S.A., São Paulo, 30/04/2026. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 223.430/26-2 em 01/06/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/ME nº 09.336.431/0001-06 – NIRE 35.300.352.335 – Companhia Aberta

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos 30/04/2026, às 15:00 horas, na sede social da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Companhia") no Município de Registro-SP na SP 139, nº 226, São Nicolau, 11.900-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade das ações de emissão da Companhia. **3. Publicação:** Dispensada a publicação dos anúncios, tendo em vista a publicação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2025, do parecer dos auditores independentes e dos demais documentos pertinentes, no Jornal Data Mercantil na edição do dia 05/03/2026. **4. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteadó. **5. Ordem do Dia:** 5.1. Examinar, discutir e aprovar o relatório de Administração, das contas da Diretoria, bem como as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; e 5.1.2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025. 5.2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 5.2.1. Deliberar sobre a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia; e 5.2.2. Aprovar e ratificar a renovação da Apólice Seguro Garantia nº 1007500041161, com início da vigência em 10/02/2026, com a Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A., no valor de R\$ 272.936.872,44, em favor da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, tendo como objeto garantir, até o valor fixado na apólice, o cumprimento das obrigações para exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação e exploração da BR-116/SP/PR, trecho São Paulo – Curitiba, com extensão de 401,60KM, referente ao Edital de Concessão nº 001/2007. **6. Deliberações:** Por unanimidade, o acionista delibera o que segue: 6.1. Em Assembleia Geral Ordinária: 6.1.1. Aprovar, sem reservas, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, e as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do Parecer dos auditores independentes emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda; e 6.1.2. Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025, no valor de R\$ 165.135.242,95, para o abatimento dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, sendo assim, a Companhia, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas, não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas. 6.2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 6.2.1. Aprovar a remuneração global anual dos administradores da Companhia, para o exercício social de 2026, em até R\$ 1.675.000,00; e 6.2.2. Aprovar a matéria constante do item 5.2.2 da Ordem do Dia, ratificando e aprovando a contratação ali descrita. 6.3. Aprovar a lavratura desta Ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei 6404/76. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteadó; Acionista: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Registro, 30/04/2026. Sabrina Indelicato Penteadó – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 219.536/26-0 em 25/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

OAK Holding S.A.

CNPJ/MF 37.863.454/0001-04 - NIRE 35.300.558.065

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas ("Acionistas") da OAK Holding S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), a realizar-se de forma exclusivamente digital, no dia 19 de junho de 2026, às 14h30, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), com a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (i) Diante da renúncia da conselheira Stella Dias Ferreira, deliberar sobre a eleição do Sr. Matteo Faria Marchioni, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 37.631.243-9 e inscrito no MPF/MF sob o nº 432.751.248-62, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar (parte), Itaim Bibi, CEP 04538-133, como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, para o restante do mandato aplicável, ou seja, até 17 de maio de 2028. (ii) Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação da deliberação, se aprovada. A assembleia será realizada por meio da Plataforma Digital, cujo link de acesso será disponibilizado aos Acionistas que manifestarem interesse em participar, mediante envio de solicitação para o e-mail: renata.teixeira@oakberry.com, até 2 (dois) dias antes da data da assembleia. **Informações Gerais:** I.1. **Credenciamento dos Acionistas:** Os acionistas, pessoalmente ou por meio de procurador, poderão participar da AGE virtualmente. Para tanto, deverão solicitar sua habilitação até as 10h00 do dia 16 de junho de 2026, mediante envio dos seguintes dados ao e-mail renata.teixeira@oakberry.com: (i) Nome completo ou razão social; (ii) CPF ou CNPJ (conforme o caso); (iii) Dados de contato (e-mail e telefone); e (iv) Instrumento de representação conforme indicado no item I.2. abaixo. Após a verificação dos documentos, será enviado, ao e-mail indicado, o link de acesso exclusivo à Plataforma Digital. O link é pessoal, intransferível e não poderá ser compartilhado com terceiros. Caso o Acionista habilitado não receba o link de antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da realização da AGE, deverá contatar a Companhia até as 9h00 do dia 19 de junho de 2026, pelo e-mail renata.teixeira@oakberry.com. A Companhia recomenda que o acesso à plataforma seja feito com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, para assegurar a validação do credenciamento. I.2. **Documentos Necessários para a Participação:** Poderão participar da AGE os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, observado o artigo 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações que apresentem os seguintes documentos: (i) **Pessoa física:** documento de identidade com foto, caso o Acionista seja pessoa física; (ii) **Pessoa jurídica:** último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) **Fundo de investimento:** último regulamento consolidado do fundo de investimento, o estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Se houver representação por procurador, o instrumento de mandato deverá observar o §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. I.3. **Informações Adicionais:** A Companhia não se responsabiliza por falhas técnicas ou de conexão dos acionistas. Recomenda-se familiaridade prévia com o uso da plataforma e verificação de compatibilidade dos dispositivos de acesso. São Paulo, 11 de junho de 2026. Georgios Puccetti Frangulis - Membro do Conselho de Administração

Trinity Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 17.077.752/0001-53 - NIRE 35300584465

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

João Alberto B. Sanches, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10º do Estatuto Social, c/c. o art. 123, da Lei nº 6.404/76, convoca os acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária da Trinity Energias Renováveis S.A., a ser realizada na sede da Companhia, nesta Capital do Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº134, 12º andar – Conjunto 121, CEP 04551-000, no dia 30 de junho de 2026, às 10:00 horas em primeira convocação, se presentes acionistas representativos de 3/4 (três quartos) do capital social, e às 10:15 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte **Ordem do Dia:** a) Recepcionar os esclarecimentos solicitados pela Companhia aos acionistas **Green Energia Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia e Espadarte Energias Renováveis, Empendimentos e Participações S.A.** acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2026, especialmente no que se refere aos fatos de elevada gravidade mencionados na decisão proferida nos autos da Petição nº 15.873/DF (STF). b) Caso os esclarecimentos descritos no item supra não sejam considerados satisfatórios, deliberar sobre o início do procedimento relacionado a solução de Impasse, nos termos do quanto disposto do Capítulo XVII do Acordo de Acionistas da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas que assim quiserem poderão ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos previstos no Estatuto Social; a documentação referente às deliberações está à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo, 2 de junho de 2026. João Alberto B. Sanches. (10,11 e 12/06/2026)

Levu Transporte Aéreo e Logística de Cargas S.A.

CNPJ nº 46.416.494/0001-90 - NIRE 35300595599

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores Acionistas da Levu Transporte Aéreo e Logística de Cargas S.A. ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 24 de junho de 2026, às 11:00h, na sede social da Companhia, situada na Rodovia Santos Dumont, Km 66, s/nº, Parque Viracopos, Campinas/SP, CEP 13052-901, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: i. Deliberar sobre o aumento máximo do capital social da Companhia, no importe de R\$ 15.128.072,33 (quinze milhões, cento e vinte e oito mil, setenta e dois reais e trinta e três centavos, mediante a homologação parcial do aumento de capital até o montante efetivamente subscrito e integralizado, com a emissão condicionada de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em decorrência do efetivo aumento de capital; ii. Deliberar sobre a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, para refletir a novo valor do capital social; e iii. Deliberar sobre a autorização para prática de todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas. Campinas/SP, 12 de junho de 2026. Francisco Astorga Perez, Diretor-Presidente, LEVU Transporte Aéreo e Logística de Cargas S.A. (12, 13 e 16/06/2026)

SPI – Sociedade para Participações em Infraestrutura S.A.

CNPJ/ME nº 09.719.882/0001-14 – NIRE 35.300.355.890

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos 30/04/2026, às 16h30, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas titulares da totalidade das ações de emissão da Companhia. **3. Publicação:** Dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o caput do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a publicação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2025 (acompanhadas das respectivas Notas Explicativas), do parecer dos auditores independentes e dos demais documentos pertinentes às matérias constantes da Ordem do Dia, no jornal Data Mercantil em 03/04/2026. **4. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteadó. **5. Ordem do dia:** 5.1 Examinar, discutir e aprovar o relatório de Administração, das contas da Diretoria, bem como as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025; e 5.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025. **6. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, deliberaram: 6.1 Aprovar sem reservas, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, e as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025; e 6.2 Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025, no valor de R\$ 482.127,27, para o abatimento dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, sendo assim, a Companhia, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas, não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas. 6.3 Autorizar a lavratura da ata única desta Assembleia em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76. **7. Encerramento:** Nada mais a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia e foi lavrada esta ata. Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteadó; Acionistas: Brookfield Brazil Motorways Holdings S.R.L. e Abertis Infraestruturas S.A., São Paulo, 30/04/2026. Sabrina Indelicato Penteadó – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 223.431/26-6 em 01/06/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Urca Prime Renda Fundo de Investimento Imobiliário - FII

CNPJ nº 34.508.872/0001-87

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares de CRI

Ficam convocados os titulares dos **Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)** das 49ª, 52ª e 53ª Séries da 1ª Emissão da Travecia Securitizadora S.A. ("Emissora"), para reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares de CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em Primeira Convocação no dia 03 de julho de 2026, 10:00h, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60/2021, para deliberação da seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovação da declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures e, consequentemente, do Resgate Antecipado Compulsório dos CRI, devido ao decurso do prazo de 30 dias concedido na AGT de 27/11/2025 sem o devido cumprimento; (ii) Aprovação da contratação dos escritórios Galdino, Pimenta, Takemi, Ayoub Salgueiro, Rezende de Almeida Sociedade de Advogados; Monteiro Nascimento Advogados; e Arthur Lavigne Advogados Associados; (iii) Aprovação da alteração das Cláusulas 3.5 e 13.4 do Termo de Securitização, com o objetivo de adequar a forma de convocação da Assembleia Geral de Titulares de CRI aos termos do §1º do artigo 26 da Resolução CVM 60, para prever a convocação pela companhia securitizadora, exclusivamente, na página da internet dedicada à divulgação das informações do patrimônio separado, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data de realização da assembleia. São Paulo, 12 de junho de 2026. Urca Prime Renda Fundo de Investimento Imobiliário - FII. (12, 13 e 16/06/2026)

PUBLICIDADE LEGAL

RiCLAN S.A.

CNPJ/MF nº 56.370.364/0001-18

Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.

 As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/
Balanco Acumulado Até 31 de dezembro de 2025 (Em Reais)

	2025	2024	Passivo	2025	2024
Ativo			Circulante	160.076.772,48	150.225.941,16
Circulante	229.080.068,58	250.646.737,45	Fornecedores Inter. e Externos	38.367.095,54	32.621.193,94
Disponibilidades	10.871.820,56	10.498.391,94	Fornecedores Serviços	-	-
Caixa e Bancos	611.390,71	566.713,05	Outras Exigibilidades	121.709.676,94	117.604.747,22
Aplicações Financeiras	10.260.429,85	9.931.678,89	Empréstimos e Financiamentos	85.544.192,50	77.978.351,60
Créditos Mercantis	111.885.225,40	122.012.935,11	Obrigações Fiscais a Recolher	4.994.686,29	6.282.049,67
Clientes	113.021.581,29	123.918.105,07	Obrigações Sociais/Trabalhistas a Pagar	5.142.850,74	5.238.698,64
(-) Cambiais Entregues	(1.136.355,89)	(1.905.169,96)	Provisões Férias e 13º Sal.+Encargos	9.951.242,04	8.911.700,89
Outros Créditos	106.184.408,23	118.000.894,66	Provisões Fretes/Seguros/Diversas	795.159,64	1.044.922,99
Estoques de Mercadorias	80.887.876,19	87.504.322,17	Recebimentos Antecipados	1.966.224,81	5.049.033,34
Impostos Antecipados	17.021.535,47	16.345.157,18	Leasing a Pagar a Curto Prazo	-	-
Adiantamento a Fornecedores	2.971.876,50	3.558.209,11	Parcelamento de Impostos	13.001.942,93	12.631.270,08
Crédito com Funcionários	1.315.484,11	1.372.023,93	Outras Contas a Pagar	313.377,99	468.720,01
Adiantamentos Imp/Exp	499.894,15	1.456.102,03	Não Circulante	40.178.473,82	39.181.618,38
Crédito de Impostos a Recuperar	3.487.741,81	7.765.080,24	Exig. Longo Prazo	40.178.473,82	39.181.618,38
Despesas Antecipadas	138.614,39	134.515,74	Parcelamento de Impostos	-	-
Despesas Antecipadas	138.614,39	134.515,74	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Não Circulante	150.009.465,34	138.876.771,27	Contas Correntes Acionistas	-	-
Realiz. a Longo Prazo	454.821,90	479.484,87	Patrimônio Líquido	178.834.287,62	200.115.949,18
Depósitos Judiciais	454.821,90	479.484,87	Capital Social	17.100.000,00	17.100.000,00
Investimentos Terrenos	485.860,28	485.860,28	Ajustes de Avaliação Patrimonial	34.578.369,94	34.578.369,94
Imobilizado	309.536.318,81	287.684.769,72	Reserva de Lucro	127.155.917,68	148.158.112,56
(-) Depr.Acumulada	(161.069.426,48)	(150.436.687,80)	Reserva Legal	7.493.822,79	7.493.822,79
Intangível	5.550.148,26	5.328.040,75	Retenção de Lucros	119.662.094,89	140.664.289,77
(-) Amortizações Acumulada	(4.948.257,43)	(4.664.696,55)	Total do Passivo	379.089.533,92	389.523.508,72
Total do Ativo	379.089.533,92	389.523.508,72			

Demonstração do Resultado Acumulado 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

	2025	2024
Demonstração do Resultado		
(+) Receitas Operacionais Bruta	782.515.026,48	730.633.907,29
Vendas Mercado Nacional	612.447.764,70	576.040.754,98
Vendas Mercado Exterior	187.903.631,27	171.049.721,96
(-) IPI sobre Vendas	(15.703.184,44)	(15.116.282,34)
(-) ICMS-ST sobre Vendas	(2.133.185,05)	(1.340.287,31)
(-) Deduções da Receita Bruta	(123.555.817,67)	(116.142.245,61)
(-) Impostos Incidentes	(121.189.847,72)	(112.450.628,94)
ICMS sobre Venda	(74.877.154,50)	(68.984.744,18)
Pis sobre Venda	(8.261.172,30)	(7.753.388,50)
Cofins sobre Venda	(38.051.520,92)	(35.712.496,26)
(-) Devoluções e Cancelamentos	(2.365.969,95)	(3.691.616,67)
(=) Receitas Operacionais Líquida	658.959.208,81	614.491.661,68
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(479.516.332,72)	(417.034.631,13)
(=) Lucro Bruto	179.442.876,09	197.457.030,55
(-) Despesas Operacionais	(170.371.583,36)	(160.615.525,46)
Despesas Comerciais	(95.969.530,90)	(85.412.859,73)
Outras Despesas Comerciais	(38.191.091,27)	(34.549.747,19)
Logísticas e Entregas	(57.778.439,63)	(50.863.112,54)
Despesas Administrativas	(74.402.052,46)	(75.202.665,73)
Salários/Despesas com Pessoal	(47.424.187,78)	(40.896.443,72)
Manutenção e Conservação	(1.695.732,76)	(1.483.776,31)
Serviços	(17.404.746,97)	(14.429.447,00)
Outras Despesas	(4.875.968,23)	(3.869.935,08)
Despesas Com Depreciação	(423.636,54)	(331.438,02)
Despesas Com Amortização	(283.560,88)	(313.293,16)
Impostos e Taxas	(1.901.601,46)	(1.938.844,68)
Despesas Não Dedutíveis	631.800,54	(217.457,42)
Outras Despesas Operacionais	(1.024.418,38)	(11.722.030,34)
(+) Outras Receitas e Despesas	730.732,35	1.189.017,61
Receitas Eventuais/Recuperação	701.269,50	1.206.401,45
Receita Venda Ativo Imobilizado	42.146,00	1.930,00
(-) Custo Venda Ativo Imobilizado	(12.683,15)	(19.313,84)
(=) Resultado Operacional Antes Financeiros (Ebit)	9.802.025,08	38.030.522,70
(=) Lucro Operac. Antes dos Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)	10.509.222,50	38.675.253,88
(=) Resultado Financeiro	(20.688.547,49)	(30.606.726,80)
Receitas Financeira	23.957.148,28	17.935.269,51
Despesas Financeira	(44.645.695,77)	(48.541.996,31)
(=) Resultado Operacional Antes IRPJ e CSLL	(10.886.522,41)	7.423.795,90
(-) Provisão do Imposto de Renda	(287.690,85)	(4.999.383,68)
Provisão do Imposto de Renda Diferido	2.894.448,86	3.235.730,34
(-) Provisão da Contrib. Social	(107.535,30)	(2.153.550,63)
Provisão da Contrib. Social Diferido	1.042.001,59	1.478.135,78
(=) Lucro Líquido do Exercício	(7.345.298,11)	4.984.727,71
Lucro Líquido por Ações	(0,11)	0,08

Mario Schraider Junior Diretor Presidente	Marcelo Salvador Grisotto Acionista
Oswaldo Grisotto Junior Diretor	Daniela Schraider Mochny Acionista
Ivan de Souza Schraider Acionista	Sigrisch Participações S.A. Acionista
Marina Schraider Letizio Acionista	Cesar da Silva Luiz Contador – CRC ISP 241.932/0-1

Relatório Auditores Independentes
As Demonstrações contábeis da empresa **RiCLAN S/A**, referente exercício 2025, foram examinadas pelo Auditor Eduardo Rodrigues, CPF sob nº 123.317.298-08, Auditor Independente, sob registro CVM nº 12.637, que emitiram relatório sem modificação na opinião com a de 10/03/2026.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 (Em Reais)

	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Total
	Capital Social Integralizado	Ajustes Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Retenção de Lucros		
Saldo Final em 31/12/2023	17.100.000,00	35.271.169,31	7.244.586,40	135.515.465,76	-	195.131.221,47
Prejuízo Líquido Exercício de 2024	-	-	-	-	4.984.727,71	-
Resultado Abrangente Total 2024	-	-	-	-	4.984.727,71	-
Realização da Reserva	-	(413.332,69)	-	-	413.332,69	-
Custo atribuído – Edificações	-	(245.878,08)	-	-	245.878,08	-
Custo atribuído – Máquinas	-	(167.454,61)	-	-	167.454,61	-
Destinação do Lucro	-	-	249.236,39	-	(249.236,39)	-
Transf. Lucro Exerc. 2024 para Reserva Legal	-	-	249.236,39	-	(249.236,39)	-
Transf. para Retenção de Lucro	-	-	-	5.148.824,01	(5.148.824,01)	-
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
Saldo Final em 31/12/2024	17.100.000,00	34.857.836,62	7.493.822,79	140.664.289,77	-	200.115.949,18
Prejuízo Líquido Exercício de 2025	-	-	-	-	(7.345.298,11)	-
Resultado Abrangente Total 2025	-	-	-	-	(7.345.298,11)	-
Realização da Reserva	-	(279.466,68)	-	-	279.466,68	-
Custo atribuído – Edificações	-	(245.878,08)	-	-	245.878,08	-
Custo atribuído – Máquinas	-	(33.588,60)	-	-	33.588,60	-
Destinação do Lucro	-	-	-	(10.000.000,00)	-	(10.000.000,00)
Distribuição de Lucros cfe AGE 04/12/2025	-	-	-	(10.000.000,00)	-	-
Transf. para Retenção de Lucro	-	-	-	(7.065.831,43)	7.065.831,43	-
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-	-	(3.936.363,45)	-	(3.936.363,45)
Saldo Final em 31/12/2025	17.100.000,00	34.578.369,94	7.493.822,79	119.662.094,89	-	178.834.287,62

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2025 (Em Reais)

	2025	2024	(=) Total (acréscimo)/Decréscimo do Ativo Circulante	2025	2024
1 – Atividades Operacionais				25.901.210,91	951.544,78
a) Resultado Líquido Ajustado:					
(+) Lucro/Prejuízo do Exercício	(7.345.298,11)	4.984.727,71		5.745.901,60	(2.736.840,80)
(+) Depreciação	10.802.226,97	8.848.355,30		(3.676.242,01)	8.951.565,56
(+) Residual Ref. Baixas do Ativo Permanente	12.683,15	19.313,84		(155.342,02)	(21.885,62)
(+) Amortização	283.560,88	313.293,16		1.914.317,57	6.192.839,14
(-) Impostos Diferidos	(3.936.450,45)	(5.584.068,50)		27.632.250,92	15.726.005,43
(=) Lucro Líquido Ajustado	(183.277,56)	8.581.621,51			
b) (acréscimo)/Decréscimo do Ativo Circulante					
Contas a Receber	10.896.523,78	(16.738.066,47)		(22.033.720,53)	(42.779.011,33)
Cambiais Entregues	(768.814,07)	916,76		(222.107,51)	(230.345,04)
Estoques	6.616.445,98	(9.062.997,53)		(22.255.828,04)	(43.009.356,37)
Impostos Antecipados	3.260.072,16	2.221.612,40			
Adiantamento Fornecedores	586.332,61	11.016.751,12			
Adiantamento Empregados	56.539,82	187.872,90			
Adiantamento Importações	956.207,88	(111.814,82)			
Impostos a Recuperar	4.277.338,43	13.568.021,27			
Despesas Exercícios Seguintes	(4.098,65)	(24.570,32)			
Depósitos Judiciais Longo Prazo	24.662,97	(106.180,53)			
(=) Total (acréscimo)/Decréscimo do Passivo Circulante	25.901.210,91	951.544,78			
2 – Atividades de Investimentos					
(-) Novos Imobilizados	(22.033.720,53)	(42.779.011,33)			
(-) Novos Intangíveis	(222.107,51)	(230.345,04)			
3 – Atividades de Financiamentos					
(+) Novos empréstimos	85.544.192,50	77.978.351,60			
(+) Novos Parcelamentos	43.180.416,75	51.812.888,46			
(-) Pagamento de financiamentos/parcela do balanço	(129.791.240,06)	(98.218.540,92)			
(=) Total das Atividades de Financiamentos	(5.002.994,26)	31.572.699,14			
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa (1+2+3)	373.428,62	4.289.348,20			
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	10.498.391,94	6.209.043,74			
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	10.871.820,56	10.498.391,94			

EBPARK Empresarial SPE S.A.

CNPJ nº 10.336.227/0001-66

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2025 E 2024 (Valores expressos em Reais)

Balanco Patrimonial em 31/12/2025 e 2024 (Em reais)		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2025 (Em reais)					
	2025	2024	Capital Social	Reservas	Distribuição de Dividendos	Lucros / Prejuízos	Total
Ativo							
Circulante	219.697.182	218.029.559	Saldo em 31/12/2024	210.258.000,00	3.502.243,36	(101.942.751,82)	101.942.751,82
Disponibilidades	1.969.744	6.501.615	Reservas	-	2.366.301,89	-	(2.366.301,89)
Clientes	31.327	255.353	Distribuição de dividendos	-	-	(92.285.773,81)	(92.285.773,81)
Adiantamentos	3.222.464	12.000	Lucros / prejuízos s	-</			

NEGÓCIOS

Companhias aéreas reduzem voos, e preço da passagem aumenta 9%



Empresas aéreas preveem a manutenção dos preços das passagens em nível elevado pelos próximos meses. Segundo executivos, ainda que haja arrefecimento dos conflitos no Oriente Médio com eventual acordo entre Irã e EUA, a indústria levará um tempo para se estabilizar.

Em abril, a tarifa real média de voos domésticos no Brasil foi de R\$ 669,41, um aumento de quase 9% na comparação com o mesmo mês de 2025. O dado é divulgado mensalmente pela Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) e é corrigido pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Na mesma base comparativa, o QAV (querosene de aviação) deu um salto supe-

rior a 40% e passou a custar R\$ 5,40 por litro, de acordo com o órgão regulador.

O combustível abocanha cerca de 40% dos gastos das companhias aéreas atualmente, e as companhias aéreas relatam há anos o impacto negativo causado pelos gastos com QAV em seus balanços.

O CEO da Azul, John Rodgers, disse em entrevista à Folha no sábado (6) que, por causa dos efeitos do aumento do preço do combustível, a empresa cortou até o momento cerca de 5% de sua capacidade.

Segundo o executivo, a companhia tem seguido duas estratégias: ajuste de malha, com redução de rotas, e diminuição no número de frequências.

Ele afirma que o impacto se estende a todos os tipos

de voo, internacionais e domésticos, incluindo trajetos entre grandes hubs como o trecho entre São Paulo e Curitiba, que opera com menos frequências atualmente, diz Rodgers.

Apesar de apontar impacto para todos os segmentos, Rodgers afirma que, a longo prazo, a aviação regional pode sentir mais os efeitos do aumento do preço do QAV.

Segundo a Iata (Associação Internacional do Transporte Aéreo), o preço do combustível dobrou desde o início do conflito. A entidade afirma que a margem líquida da indústria é de cerca de 4% e que não há como as empresas aéreas absorverem esse aumento. Uma das soluções passa a ser, então, aumentar o preço dos bilhetes.

Folhapress

Ambev: 35% dos bares estão endividados e grande parte sem acesso a crédito

A dificuldade de acesso ao crédito continua sendo um dos principais entraves para bares e restaurantes no Brasil. A vice-presidente de Impacto e Relações Corporativas da Ambev, Carla Crippa, aponta que cerca de 35% dos estabelecimentos do setor estão endividados atualmente, enquanto grande parte dos pequenos empreendedores sequer busca financiamento por considerar o processo complexo ou inacessível.

Em entrevista exclusiva ao CNN Money, a executiva afirmou que o problema vai além da oferta de recursos e envolve a criação de soluções mais adequadas à realidade dos pequenos negócios.

"Existe um desafio estrutural importante. A gente vê pelos dados do Sebrae que 85% dos pequenos empreendedores sequer buscam um novo crédito nos últimos seis meses e mesmo aqueles que buscam mais da metade não conseguem acesso ao crédito", afirma a vice-presidente.

A executiva destaca ainda que o setor de bares

e restaurantes possui um peso relevante na economia brasileira, movimentando mais de R\$ 400 bilhões por ano e gerando quase 5 milhões de empregos diretos e indiretos.

Nesse cenário, a Ambev anunciou a ampliação do programa Bora, iniciativa voltada para geração de renda e inclusão produtiva, que deverá mobilizar mais de R\$ 100 milhões em soluções financeiras, capacitação e renegociação de dívidas ao longo de 2026.

A expectativa da empresa é alcançar até 250 mil bares, restaurantes e pequenos comércios parceiros.

Segundo Crippa, o objetivo é oferecer ferramentas que permitam aos empreendedores investir e planejar o crescimento dos negócios com mais segurança.

CNN



Globo expande portfólio de apostas com compra de Bingão do Brasil de Luciano Huck



O Grupo Globo informou ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), em 3 de junho, que pretende comprar a empresa de videobingos Bingão do Brasil, negócio que integra o portfólio do apresentador Luciano Huck. A operação foi aprovada pelo órgão antitruste em 8 de junho.

A aquisição amplia a investida da Globo no mercado de jogos. O conglomerado já atua no setor por meio do cassino online BetMGM, da plataforma Rei do Pitaco e exibe em sua grade a loteria Familhão (também ligada a Huck).

Como os bingos ainda estão proibidos no país, o Bingão do Brasil não está em operação, de acordo

com o advogado Marcio Caminati, que intermediou a aquisição. O Senado discute a liberação de bingos e do jogo do bicho em casas especializadas ou estádios de futebol, corrida de cavalos (turfe) e cassinos em resorts, hotéis e embarcações.

Caminati afirma que não pode divulgar os valores da transação. O capital social da empresa registrado na Junta Comercial de São Paulo é de R\$ 8 milhões, após uma redução de R\$ 22 milhões aprovada em 12 de maio. O montante anterior, de R\$ 30 milhões, era o mínimo exigido pelo governo federal para que empresas pudessem solicitar a autorização de funcionamento como operadoras de apostas eletrônicas, as chamadas bets.

O apresentador era acionista do Bingão do Brasil por meio da holding L.Eva Participações. Seu sócio, Antonio Alberto Gouvêa Vieira Filho, comandou as negociações com o Grupo Globo. Procurado via WhatsApp às 9h15, Huck não respondeu aos contatos da reportagem.

O conglomerado de mídia fez a compra por meio de sua operadora de apostas, a Boa Lion, uma joint venture com o grupo MGM, empresa que também é responsável pela marca BetMGM, uma das plataformas autorizadas a atuar no país.

O Grupo Globo disse que não vai comentar e orientou a procurar a empresa de bets. Procurada, a Boa Lion não respondeu.

Folhapress